

# DESENHO UNIVERSAL: UMA ESTRATÉGIA PARA O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA A PROGRAMAS DE EXERCÍCIO FÍSICO

## *UNIVERSAL DESIGN: A STRATEGY FOR PEOPLE WITH DISABILITIES' ACCESS TO PHYSICAL EXERCISE PROGRAMS*

Jefferson Luiz Machado Lima  
Geane Pires Oliveira  
Sandra Regina Garijo de Oliveira

*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM*

### Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar documentos publicados nas bases de dados BDTD, Scielo e Google acadêmico que discutem sobre o desenho universal e a pessoa com deficiência, buscando identificar se as academias e espaços de treinamentos têm aplicado estratégias de inclusão e acessibilidade que também atendam às pessoas com deficiência a partir dos princípios do desenho universal. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura de caráter qualitativo. Foram encontrados e analisados 14 documentos. Os resultados demonstraram que a participação das pessoas com deficiência em programas de atividades físicas, esbarra em dificuldades diversas, principalmente na acessibilidade. Ao analisar o modelo organizacional, as condições das instalações, os materiais e os recursos humanos apresentados, nota-se uma deficiência dos espaços, estes não atendem às necessidades das pessoas com deficiência e nem aos princípios do desenho universal. Por fim, conclui-se que a prática regular de exercício físico, está diretamente relacionada com a qualidade de vida das pessoas e os ambientes destinados a estas atividades, devem ser projetados para proporcionar um acesso global, atendendo pessoas sem e com deficiência. A ausência de acessibilidade e da aplicabilidade dos princípios do desenho universal, demonstram que ainda há uma distância significativa entre a realidade e o ideal de inclusão.

**Palavras-chave:** Atividade Motora adaptada. Pessoa com deficiência. Exercício Físico. Acessibilidade.

### Abstract

This study aimed to analyze documents published in the BDTD, Scielo and Google academic databases that discuss universal design and people with disabilities, looking for to identify whether academies and training spaces have applied inclusion and accessibility strategies that also meet to people with disabilities based on the principles of universal design. This is a literature qualitative narrative review. We analyzed fourteen (14) documents. The results showed that people with disabilities participation in physical activity programs comes up against several difficulties, especially in accessibility. When analyzing the organizational model, the conditions of the facilities, the materials and the human resources presented, there is a deficiency in the spaces, they do not meet the needs of people with disabilities or the principles of universal design. Finally, we concluded that the regular practice of physical exercise is directly related to people's quality of life and the environments intended for these activities must be designed to provide global access, serving people with and without disabilities. The lack of accessibility and the applicability of universal design principles demonstrate that there is still a significant distance between reality and the ideal of inclusion.

**Keywords:** Motor activity Adapted. People with disabilities. Physical Exercise. Accessibility.

## 1 Introdução

Ao analisar o percurso histórico da sociedade e as concepções que se estabeleceram acerca das pessoas com deficiência, nota-se o quanto esse grupo tem sofrido para superar barreiras e alcançar inserção social. É frequente a associação das limitações oriundas da deficiência à total incapacidade do sujeito através de ações discriminatórias e pensamentos pejorativos. Desta forma, os corpos com deficiência são corpos impedidos, e mesmo que tenham dificuldades de realizar autonomamente as atividades cotidianas habituais, não devem ser impossibilitados de ter uma real inclusão social (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

A UPIAS - Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação, uma organização política de sociólogos com deficiência fundada na década de 1970, define a deficiência muito além da lesão ou acometimento, desconstrói o conceito de normalidade e expõe que a exclusão não vem das limitações dos indivíduos, mas sim da falta de políticas públicas e presença do preconceito na sociedade. Descreve que esta temática possui caráter social além do biomédico, outrossim que a deficiência na sociedade possui de certa maneira o papel definidor para a ação preconceituosa inserida em uma sociedade que não está ajustada com os princípios de inclusão e acessibilidade para favorecer as pessoas com deficiência (UPIAS, 1976).

Baseando-se nos estudos sobre a *defectologia*<sup>1</sup> acreditamos que a cultura e o meio social desenvolvem as pessoas. Vygotsky, psicólogo russo abordou o desenvolvimento do indivíduo como um ser social. As bases da *defectologia* contribuíram e são completamente atuais para a discussão sobre a educação e a inclusão de pessoas com deficiência. Para Vygotsky, mediante a limitação ou a deficiência, o indivíduo busca processos de compensação o que gera uma superação da dificuldade visto que, busca formas diferentes de aprender ou desenvolver a atividade, ação ou serviço (PICCOLO, 2009; OLIVEIRA, 2019).

Assim, é crucial o entendimento do homem como um ser social, e conceber a deficiência como um fator de reorganização de forças na personalidade que acarreta potencialidades e uma formação de novas capacidades no indivíduo. Assim, se faz necessário focar na potencialidade do indivíduo e não em sua deficiência, deixar a crença de que o indivíduo com deficiência é um ser incapaz, o que por consequência configura em não evidenciar o suposto limite motor, intelectual ou sensorial, mas sim em questionar os espaços, ações e oportunidades que nossa sociedade muitas vezes não lhes dá. Ademais, levar o conceito da pessoa ao invés de sua deficiência (COELHO; BARROCO; SIERRA, 2011; OLIVEIRA, 2019).

---

<sup>1</sup> Defectologia era o termo utilizado pelo autor ao tratar das questões que hoje envolvem a pessoa com deficiência. No início do século XX, havia uma profissão denominada defectologista, que incluía todos aqueles envolvidos no trabalho e estudos sobre a pessoa com deficiência.

Com intuito de assegurar e preservar os direitos da pessoa com deficiência, foi criada no Brasil a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que entrou em vigor em janeiro de 2016. Essa Lei garante, entre outras coisas, condições de acesso à Educação e à Saúde, e estabelece punições para atitudes discriminatórias contra essa parcela da população (GAUDENZI; ORTEGA, 2016), tornando-se um amparo fundamental na conjuntura nacional e internacional, algo que vise arregimentar normas de acessibilidade, garantia de igualdade e de regras sobre inclusão social. (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

A referida legislação relata e busca assegurar os direitos das pessoas com deficiências ao longo da vida, de forma que ofereça oportunidades igualitárias ou equiparadas de participação na sociedade (BRASIL, 2015). Traz alguns avanços, entretanto, o estatuto por si só, não é o bastante, é essencial que esteja acompanhado pela mudança de consciência da população como um todo, a fim de contribuir com melhoria da qualidade de vida e na manutenção da autonomia e independência, rompendo com barreiras sociais e facilitando o acesso às distintas atividades. É fundamental que as pessoas com deficiência tenham oportunidades como quaisquer outras pessoas. O acesso aos programas e práticas de exercícios físicos é uma dessas possibilidades que devem ser asseguradas.

A prática regular de exercícios físicos tem sido reconhecida como poderoso instrumento de promoção de qualidade de vida, esta que deixou de representar apenas uma vida sem doenças, mas acima de tudo a busca pela felicidade e satisfação pessoal diante de todos os aspectos da vida (NAHAS, 2017), além de melhorar a capacidade funcional e a qualidade de vida, pode promover diversos benefícios ao bem-estar físico, mental e social das pessoas com deficiência ou não. Frente ao exposto, faz-se necessário refletir sobre as estratégias que os profissionais de Educação Física podem incorporar no cotidiano, para gerar e elevar a acessibilidade e inclusão nos espaços destinados à prática de exercícios físicos, estimulando a adesão e fruição aos programas de atividades, através da criação de oportunidades de participação em igualdade de condições com as demais pessoas, com o propósito de incorporá-las fisicamente e socialmente, respeitando cada identidade e tornando-as ativas.

Em conformidade com a afirmação de Nahas (2017 p. 239)

[...] pessoas com deficiência são... PESSOAS! Têm as mesmas necessidades em termos de prevenção e promoção da saúde; porém, enfrentam mais barreiras sociais e físicas, em geral, são menos ativas fisicamente que a população em geral”.

Visto isto, a criação de oportunidades de participação em igualdade de condições é necessária.

Pensando na organização dos espaços destinados à prática de exercícios físicos. São importantes as adequações de todas as características físicas dos equipamentos, tais

como o formato, as dimensões, o relevo e, também, sua acomodação nos ambientes para possibilitar que sejam acessados por todos (BURJATO *apud* ROCHA *et al.*, 2018). Quando se fala em acessibilidade logo vem à mente algo que seja de fácil acesso, facilidade de aproximação. De acordo com o dicionário Aurélio, o significado da palavra acessibilidade é “[...] qualidade do que é atingível”. A acessibilidade constitui um direito universal importante. Um espaço acessível é aquele que pode ser percebido e utilizado em sua plenitude por todos (SOUZA *et al. apud* BARROS, 2017).

No entanto, constata-se que existe uma carência de espaços adaptados para receber e acolher pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE no ano 2010, no Brasil há cerca de 45 milhões de pessoas com deficiência, o que engloba quase 25% da população do país (IBGE, 2010). Considerando tais dados é notável a demanda de mudanças nos segmentos que estruturam a sociedade a fim de acolher e atender esse público em todos os espaços, incluindo-os nas atividades com acessibilidade favorável e facilitadora para otimizar e garantir mobilidade e acesso de qualidade, além de serviços e atendimentos apropriados para as suas condições. Devemos pensar na inclusão como fator determinante para as pessoas com deficiência, seja nas academias ou nos espaços de treinamento, sendo essa configurada como direito dos indivíduos, com o propósito de incorporar fisicamente e socialmente essas pessoas, respeitando cada identidade.

Ao repercutir e considerar a importância da inserção dessas pessoas nos mais variados espaços, é necessário dar ênfase no direito ao acesso de tais lugares com fluidez. Ao observar mais precisamente as academias e espaços destinados às práticas corporais, é notável que a realidade dessa prerrogativa se encontra limitada, uma vez que poucos estabelecimentos possuem adaptações satisfatórias, o que corrobora para o reforço do preconceito e das barreiras sociais, limitando assim a autonomia. Para que estas pessoas possam estar inclusas nas atividades com acessibilidade favorável para otimizar e garantir mobilidade e acesso de qualidade aos meios, além de serviços e atendimentos apropriados para as suas condições, será necessário repensar diversos aspectos em relação às próprias instalações e áreas de acesso, pois a falta ou limitada acessibilidade tendem a excluir esse público de atividades sociais, principalmente por causa de barreiras no ambiente.

Pensando na acessibilidade que é nacionalmente assegurada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, acredita-se que é necessária uma adequação dos espaços tornando-os acessíveis e seguros a todas as pessoas com deficiência ou não. Esse ideal de organização é uma proposta que pode ser desenvolvida baseada nos princípios do Desenho Universal, que tem como finalidade proporcionar “[...] produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2019,

p. 9), gerando mais segurança e facilidade no cotidiano e atendendo as pessoas com ou sem deficiência, de modo que haja autonomia e confiança no uso dos equipamentos.

O termo “Desenho Universal” é de origem norte americana criado pelo arquiteto Ron Mace, em 1987, quando percebeu a necessidade de aproximar as coisas que são projetadas e produzidas, tornando-as utilizáveis por todas as pessoas, com ideias básicas sem a demanda de ajustes específicos no desenho ou custos adicionais na obra (OLIVEIRA, 2014).

A inclusão da pessoa com deficiência é um fenômeno que necessita ser mais estudado, a fim de proporcionar-lhes uma melhora na qualidade de vida. O desenvolvimento de estudos que tratem de temas tão relevantes como acessibilidade e exercício físico são extremamente necessários para estimular reflexões que possam avaliar e transformar a realidade.

## 2 Objetivos e justificativas

Nesta perspectiva, buscamos através deste trabalho desenvolver uma revisão narrativa da literatura, com objetivo de analisar arquivos e documentos, publicados nas bases de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do *Scielo* e do *Google Acadêmico* que discutem sobre o desenho universal e a pessoa com deficiência, buscando identificar se as academias e espaços de treinamentos tem aplicado estratégias de inclusão e acessibilidade que também atendam às pessoas com deficiência a partir dos princípios do desenho universal. Para atingir essa proposição, objetivou-se apresentar o que os trabalhos relacionados à temática abordam e divulgam e detectar quais são as principais barreiras para o acesso da pessoa com deficiência apresentadas pelos autores.

A escolha deste tema foi motivada pela observação dos entraves e obstáculos que as pessoas com deficiência vivenciam em seu cotidiano para usufruir do que lhes é de direito, com maior amplitude e igualdade, devido às dificuldades e complicações impostas pelos estabelecimentos que atrasam o processo de inclusão. Com este trabalho, esperamos contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas capazes de superar esta realidade, através do levantamento de dados e novas discussões, explorando informações para a manifestação de novas práticas e abordagens, a partir de estudos acadêmicos que estimulem na sociedade a reflexão mais aprofundada sobre a importância de se investir em ambientes universais que promovam equidade. É a oportunidade de se compreender as interações entre o conhecimento gerado no meio acadêmico e as ações desenvolvidas no cotidiano relacionadas com a temática, sendo indispensável exercitar o senso crítico sobre esta realidade.

### 3 Procedimentos metodológicos

Para atingir o objetivo do estudo de identificar se as academias e espaços de treinamentos tem aplicado estratégias de inclusão e acessibilidade que também atendam às pessoas com deficiência a partir dos princípios do desenho universal foi realizada uma busca nos bancos de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do *Scielo* e do *Google Acadêmico*; nos meses de Agosto e Setembro de 2021, sem determinação de período de publicação, com os seguintes descritores: Musculação e Desenho Universal; Musculação e *Design* Universal; Academia de ginástica e Desenho Universal, *Fitness* e Desenho Universal, *Fitness* e *Design* Universal, Educação Física e Desenho universal. O único critério estabelecido foi que os termos deveriam aparecer como descritores e/ou como palavras-chave.

### 4 Apresentação dos resultados e discussão

Optou-se por desenvolver uma síntese que facilitasse a contemplação de todo material e das ideias abordadas nos documentos encontrados na revisão narrativa; as informações foram dispostas em um quadro identificando a base de dados em que foi encontrado, autor, título, ano e objetivo. No procedimento de coleta dos dados, foram encontrados 14 documentos, que fizeram parte efetivamente do processo de análise, a qual se deu pela exposição dos dados encontrados frente à literatura publicada acerca da temática.

Os trabalhos encontrados nas bases de dados BDTD, *Scielo* e *Google Acadêmico*, que se adequaram aos objetivos propostos pelo trabalho estão descritos no quadro a seguir, acrescidos de um breve resumo.

Quadro 1 - Síntese de artigos e dissertações.

Título- ano	Autor (es)	Breve resumo	Base de dados
Acessibilidade em instalação esportiva: uma análise do centro olímpico da Universidade de Brasília (2017)	BARRETO, Raquel Torres	O trabalho teve como objetivo analisar a acessibilidade ambiental, baseado na NRB 9050, e a percepção dos frequentadores do Centro Olímpico da Universidade de Brasília. Como resultado foi encontrado um espaço pouco acessível e a necessidade de mais investimentos para que o espaço consiga atender a todos.	<i>Google Acadêmico</i>

<p>Acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência motora nas academias de Florianópolis (2017)</p>	<p>BARROS, Tais Helena Medeiros de.</p>	<p>O artigo avaliou a acessibilidade arquitetônica das academias nos arredores do campus Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com base nas normas 9050 da ABNT. Duas academias obtiveram pontuação máxima de acordo com os critérios analisados, uma academia obteve pontuação igual a onze, três academias obtiveram pontuação igual a oito, uma academia obteve pontuação sete, uma academia obteve seis e uma última academia obteve quatro pontos. Concluiu-se que a maioria das academias avaliadas, mais precisamente seis (6), não são acessíveis apresentando níveis de barreiras moderadas e graves.</p>	<p><i>Google Acadêmico</i></p>
<p>A acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em centro de esporte e lazer de Curitiba: Um estudo de caso (2020)</p>	<p>BATISTEL, Juliana</p>	<p>O objetivo da pesquisa foi analisar a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiências em quatro Centros de Esporte e Lazer da cidade de Curitiba. Os resultados apontaram que nenhum Centro de Esporte e Lazer está plenamente acessível, mas a falta de acessibilidade não é o único fator que impede a inclusão. A falta de capacitação dos professores, a ausência de materiais esportivos adaptados e a superação de barreiras atitudinais foram outros condicionantes encontrados que podem interferir no processo de inclusão.</p>	<p><i>Google Acadêmico</i></p>
<p>Recomendações para adaptação de academias de ginástica à pessoas com deficiência visual (2014)</p>	<p>CARVALHO, Brenda Egito de.</p>	<p>A monografia buscou desenvolver recomendações para adaptação de academias de ginástica à pessoa com deficiência visual, tendo em vista que foi observado que academias de ginástica existentes se mostraram pouco adaptadas e podem ainda causar problemas a este público. Realizou-se a coleta de dados em academias de ginástica existentes e a partir da análise desses dados foram desenvolvidas recomendações.</p>	<p><i>Google Acadêmico</i></p>
<p>Ambiente e acessibilidade para pessoas com deficiência no desenvolvimento de e atividades esportivas em piscinas: um estudo de casos (2010)</p>	<p>CORDEIRO, Taís Prinz</p>	<p>O estudo objetivou investigar como os professores de natação de instituições de ensino superior e os alunos com deficiência compreendem os problemas socioambientais de acessibilidade nas aulas de natação. Os resultados demonstraram que adaptações e modificações são necessárias devido à falta de mobilidade de muitos alunos ou à outras dificuldades apresentadas por estes. Também foram encontradas facilidade proporcionadas pela estrutura física e pela mobilização atitudinal de professores e funcionários frente aos alunos com deficiência.</p>	<p><i>Google Acadêmico</i></p>

Espaços de lazer esportivo em Governador Valadares/MG: possibilidade de inclusão de pessoas com deficiência (2020)	DORNELLAS, Liege Coutinho Goulart; NASCIMENTO, Anselmo Nunes do; JÚNIOR, Mauro Lúcio Maciel; GONÇALVES, Meirele Rodrigues; LAHR, Silvana Lopes Nogueira.	O trabalho teve como objetivo identificar os equipamentos de lazer esportivo sob a responsabilidade do poder público municipal de Governador Valadares/MG, analisando-os sob a perspectiva da inclusão de pessoas com deficiências. No que se refere à acessibilidade arquitetônica, as condições estruturais atendem parcialmente aos requisitos de acessibilidade. No que diz respeito ao atendimento, esse equipamento conta com modalidades que agregam pessoas com deficiência, entretanto, o número de participantes ainda é proporcionalmente pequeno se comparado com o total de pessoas com deficiências atendidas no local e o percentual desses indivíduos presentes na população de Governador Valadares.	<i>Google Acadêmico</i>
A contribuição do design na inclusão social: desenvolvimento de prancha de surf para pessoa com paraplegia (2019)	FACCIO, Camila Agostinho.	Este projeto teve o objetivo de desenvolver uma prancha de surf adaptada para uma usuária paraplégica. Realizou-se levantamentos in loco, entrevistas, pesquisas, observações, registros audiovisuais, dentre outros, e foi possível desenvolver um produto novo com uma forma diferenciada baseada nas necessidades reais da usuária. Concluiu-se que o design pode contribuir para a socialização, autoestima, qualidade de vida, desenvolvimento das capacidades físicas e cognitivas, inclusão por meio de projetos centrados no ser humano.	<i>Google Acadêmico</i>
Estudo da acessibilidade em academias para as pessoas com deficiência na cidade de CAMPINA GRANDE – PB (2019)	GONÇALVES, Danielly Mendonça; SILVA, Ithalo Anderson Ferreira da; MEIRA, Frankslale Fabian Diniz de Andrade.	A pesquisa procurou descobrir, como se dá a acessibilidade de pessoas com deficiência física nas academias de musculação da cidade de Campina Grande. Após levantamento, pôde-se perceber a fragilidade no preparo das mesmas, em atender adequadamente pessoas com deficiência física, identificando um alto índice de não atendimento para esse público. Os atendimentos não são oferecidos de maneira adequada e integral para atender suas exigências e particularidades.	<i>Google Acadêmico</i>
O parque Público como espaço para a prática de atividades esportivas: A percepção das pessoas com deficiência física (2011)	MANTA, Sofia Wolker; PALMA, Luciana Erina;	O estudo teve como objetivo avaliar a percepção das pessoas com deficiência física sobre a prática de atividades esportivas em um parque público. Os resultados apontaram as barreiras arquitetônicas e sociais como determinantes negativos. Além de acessíveis, os parques tem que ser criativos e agradáveis para usufruto com segurança e autonomia nas diversas funcionalidades.	<i>Google Acadêmico</i>

<p>A perspectiva de acessibilidade das pessoas com deficiência física e visual frente à realidade das academias de Florianópolis (2012)</p>	<p>MARTINS, Rafael Pires.</p>	<p>O estudo teve como objetivo analisar se as instalações, assim como alguns serviços, de algumas academias atendem as perspectivas de acessibilidade das pessoas com deficiência física e visual. Concluiu-se, após o confronto das informações, e o grande índice de não atendimento das perspectivas das pessoas com deficiência em relação à realidade das academias, que estas não atenderam, de maneira suficiente, as perspectivas de acessibilidade das pessoas com deficiência física e visual, além de contribuir para um processo de exclusão desses indivíduos no que diz respeito à participação de programas de atividades físicas ou até mesmo de participação social.</p>	<p>Google Acadêmico</p>
<p>Recomendações para ampliação da usabilidade das academias públicas para usuários cegos e com baixa visão (2014)</p>	<p>OLIVEIRA, Sabrina Talita de.</p>	<p>A pesquisa trata-se de uma revisão de literatura com análise ergonômica de usabilidade dos equipamentos de ginástica em espaços públicos com usuários cegos e de baixa visão. Os resultados apontam para viabilidade de uma readequação no redesign dos produtos, levando-se em consideração princípios de design universal e acessibilidade e propõe-se no âmbito do desenvolvimento de produtos, uma readequação dos equipamentos a fim de repercutir na acessibilidade.</p>	<p>BDTD; Scielo Google Acadêmico</p>
<p>Design universal e acessibilidade: análise ergonômica de equipamentos de ginástica em espaços públicos (2013)</p>	<p>OLIVEIRA, Sabrina Talita; PASCHOARELLI, Luis Carlos; OKIMOTO, Maria Lucia Leite Ribeiro; CARVALHO, Márcio Luis.</p>	<p>Este estudo teve como propósito analisar os aspectos ergonômicos e de acessibilidade de equipamentos oferecidos e destinados à prática de atividades físicas em espaços públicos. Resaltou que o projeto deve ser simples e fácil, de modo que o seu uso seja intuitivo. Os ajustes e a adaptação dos dispositivos devem ser priorizados, a fim de atender o maior número de indivíduos. Constatou-se a presença de desconforto em regiões das quais os exercícios não deveriam contemplar, sendo assim, estudos futuros podem determinar diretrizes de projeto que resultem em um projeto ergonômico satisfatório.</p>	<p>Google Acadêmico</p>
<p>Acessibilidade para cadeirantes em academias de ginástica da zona sul da cidade do Rio de Janeiro (2021)</p>	<p>RAZUCK, Yan Ramos <i>et al.</i></p>	<p>Este estudo teve como objetivo analisar através de uma pesquisa de campo descritiva e transversal, o nível de acessibilidade à cadeirantes de academias da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Com os dados coletados foi possível concluir que todas as academias pesquisadas não apresentaram acessibilidade necessária para cadeirantes.</p>	<p>Google Acadêmico</p>

Avaliação da acessibilidade do parque durante o brincar de crianças com paralisia cerebral na escola (2018)	ROCHA, Aila Narane Dahwach Criado; DESIDÉRIO, Sara Vieira; MASSARO, Munique.	O estudo teve como objetivo avaliar a acessibilidade de um parque de uma escola de Educação Infantil e analisar a participação dos alunos com paralisia cerebral nas atividades lúdicas desenvolvidas nele. Notou-se que o parque escolar não se encontra acessível para as crianças com paralisia cerebral, no entanto, estas participaram das atividades com auxílio de professores e cuidadores. A falta de adequação dos equipamentos recreativos pode ter dificultado o melhor desempenho das crianças nas atividades do parque da escola.	Scielo
---	--	---	--------

Fonte: elaboração própria

Ao identificar os documentos a partir da busca de dados, realizou-se a leitura dos arquivos para compreensão dos trabalhos. Observa-se uma escassez de estudos que envolvam a temática, demonstrando o quanto o meio acadêmico necessita explorar e discutir estas questões, com o propósito de desenvolver na sociedade, ideias e ações que favoreçam a autonomia e qualidade de vida das pessoas com deficiência.

A seguir apresentaremos elementos em comum que podem auxiliar em uma visão geral dessas variáveis, que circundam o campo da acessibilidade, podendo afetar diretamente a vivência dos programas de exercício físico. A discussão será apoiada na leitura dos textos e nas bibliografias que fundamentaram esse trabalho.

Em relação ao desenho universal e às condições de acessibilidade para usufruto dos programas de exercício físico, foram realizadas pesquisas em diferentes localidades do país. Cordeiro (2010) avaliou duas instituições de ensino localizadas na cidade de Porto Alegre/RS, buscando identificar como os professores e os alunos com deficiência compreendem os problemas socioambientais de acessibilidade nas aulas de natação. O trabalho expôs a precariedade das condições estruturais das instalações, dos materiais e dos recursos humanos, que impedem ou dificultam o acesso às atividades, assim como o sucesso da adesão aos programas de atividade. Identificou a presença de barreiras tanto no ambiente interno das instalações, onde são realizadas as atividades, quanto no meio externo a este, algumas barreiras citadas foram a presença de escadarias, desníveis no piso, portas apertadas, entre outros. Enfatiza a importância da modificação dos ambientes, através da adoção de medidas facilitadoras e de acessibilidade, para que as pessoas possam desenvolver ao máximo suas capacidades. O mesmo ressalta que, o profissional também tem importante função nesse processo, podendo a partir de uma mobilização atitudinal, frente aos alunos com deficiência, proporcionar melhor engajamento nas atividades e elevar suas potencialidades, buscando promover a inserção social.

Barreto (2017), analisando o Centro Olímpico da Universidade de Brasília sobre a acessibilidade em instalação esportiva, relatou que a área externa apresentou vários

itens de acordo com os estabelecidos pelas normas, porém, houve várias reclamações dos usuários a respeito das condições de conservação do piso, das rampas e das calçadas. Em relação ao ambiente, concluiu que tais espaços estão em discordância com a NBR 9050/15.

A dissertação de Batistel (2020) também procurou analisar a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência nas atividades sistematizadas. O autor avaliou os Centros Municipais de Esporte e Lazer de Curitiba e identificou que os equipamentos, não contemplam todas as orientações determinadas pela legislação e pela ABNT NBR 9050/2015, embora não estejam totalmente sem acessibilidade, foram assinalados obstáculos no caminho, muitos desníveis no piso, ausência de sinalização tátil e visual, no piso e nas portas, entre outros pontos que não atendem em plenitude o ideal de acessibilidade, pontuando a necessidade de adequações.

Manta e Palma (2011) avaliaram a percepção da pessoa com deficiência física, sobre a prática de atividades esportivas, em um parque público da cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul. As autoras identificaram, que estas pessoas, não frequentam o parque e as atividades esportivas, justamente pela dificuldade de acesso, má conservação das calçadas nas vias públicas, dificultando o deslocamento, ausência de banheiros, entre outras limitações, que não permitiam o desfrute dos espaços, com conforto, segurança e autonomia, a mobilidade era limitada.

Razuck *et al.* (2021) analisaram o nível de acessibilidade para cadeirantes em 31 academias da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, também não obtiveram um resultado positivo quanto à acessibilidade. Constataram que os espaços não apresentavam condições apropriadas para o ingresso dessas pessoas, demonstrando condições negativas ao acesso. A infraestrutura das academias infringiu as normas da ABNT, não correspondendo também aos quesitos abordados no protocolo de acessibilidade.

Barros (2017) também analisando acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência motora, em 9 academias de Florianópolis, identificou que apenas duas academias cumpriram com os requisitos de acessibilidade, estando aptas para a prática de exercícios e livres de barreiras, as demais apresentaram inviabilidade para acesso.

Em um estudo sobre a acessibilidade em academias para as pessoas com deficiência na cidade de Campina Grande – PB, Gonçalves, Silva e Meira (2019) também identificou a fragilidade no preparo das academias para atender adequadamente pessoas com deficiência física, podemos considerar um alto índice de não atendimento para esse público.

Martins (2012) se propôs a investigar se as instalações, assim como alguns serviços, de algumas academias da cidade de Florianópolis, atendem às perspectivas de acessibilidade das pessoas com deficiência física e visual. Na maioria das academias,

foi constatada a presença de barreiras que ainda precisam ser transpassadas no que tange à acessibilidade em torno e na edificação desses locais. O autor ainda afirma que de nada adianta ter esses espaços adequados se o acesso principal, ou seja, as calçadas, não estiverem de acordo com as diretrizes condizentes às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Sobre a organização dentro das academias, notou-se um aproveitamento excessivo dos espaços, resultando em ambientes com grande número de aparelhos e pouco espaço para circulação, disposição desorganizada de equipamentos, enfim, as academias apresentaram várias fragilidades para atenderem adequadamente as pessoas com deficiência física e visual, conforme os padrões ideais para recebê-las.

Pensando na adequação das academias para atender as pessoas com deficiência visual, Carvalho (2014) apresenta algumas recomendações para a adaptação do espaço, com intuito de auxiliar na interação da pessoa com o ambiente, dentre elas sugere a inserção de mapa tátil, utilização de etiquetas em Braille e/ou alto relevo nos pesos, ajuste da altura de prateleiras e armários, transcrição de informação visual também em Braille, corrimão nas escadas, piso tátil direcional, entre outras, com o objetivo de incluir os usuários evitando a segregação social.

Corroborando com essa mesma ideia de ampliação de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, Oliveira (2014), propõe recomendações para Academias ao Ar Livre, com vistas a alcançar as dimensões da inclusão social, para atender os usuários com satisfação, segurança, eficácia, conforto e intuitividade de uso, após encontrar problemas com relação à acessibilidade e design universal dos aparelhos.

Dornellas *et al.* (2020) avaliando os espaços de lazer esportivo em Governador Valadares/MG sobre a possibilidade de inclusão de pessoas com deficiência, identificaram 22 equipamentos destinados ao lazer esportivo. Fizeram um recorte da pesquisa, avaliando a praça de esportes, por ser o principal equipamento dessa natureza. Em termos de infraestrutura os espaços atendem às necessidades básicas de acessibilidade, além de apresentar um bom estado de conservação, entretanto, o estudo aponta para a falta de oportunidade e de acessibilidade até os locais que ofertam os programas de atividades, desta forma, reforçam a importância de investir em políticas públicas que visem a redução de barreiras arquitetônicas.

Oliveira *et al.* (2013), pesquisando sobre o design universal e acessibilidade com a análise ergonômica de equipamentos de ginástica em espaços públicos, relatou o escasso desenvolvimento de produtos de uso público adaptáveis e com requisitos ergonômicos que atendam a maioria das pessoas. Conjuntos de aparelhos destinados à prática de atividades físicas em espaços públicos, possuíam pouca ou nenhuma preocupação com aspectos de acessibilidade, restringindo-se somente às pessoas que não possuem uma deficiência, a grande maioria das pessoas com restrições físicas ou motoras, permaneciam no ócio. No entanto, os equipamentos de ginástica analisados não se

mostraram adaptáveis nem à grande diversidade de biótipos tidos como “normais”, muito menos às pessoas com deficiência. Os autores apontaram para a necessidade de projetar equipamentos que não sejam de uso restrito ou exclusivo para pessoas que possuem ou não uma deficiência, reforçando a necessidade de pensá-los de forma que atendam igualmente a todos.

Rocha *et al.* (2018) propuseram a avaliação da acessibilidade do parque de uma escola de Educação Infantil do município de Marília-SP, durante o brincar de crianças com paralisia cerebral. Foi observado no acesso aos equipamentos recreativos, a presença de algumas irregularidades, principalmente em volta dos equipamentos. Dos 29 itens apresentados e analisados, apenas 6 itens atendem a proposta de acessibilidade do protocolo. Desta forma, os parques da escola, encontram-se inadequados em relação à acessibilidade física dos equipamentos recreativos para todas as crianças, principalmente para as crianças com paralisia cerebral. O parque por ser uma área privilegiada, em que é possível realizar a estimulação da criança de forma lúdica, lamentavelmente permite que as atividades sejam limitadas ou até inviáveis para as crianças com deficiência. Há necessidades de adequações de todas as características físicas dos equipamentos, tais como o formato, as dimensões, o relevo, e também, sua acomodação nos ambientes para possibilitar que sejam acessados por todos.

Faccio (2019) apresenta a contribuição do design universal para a inclusão social da pessoa com deficiência através do desenvolvimento de uma prancha de *surf* para sujeitos com paraplegia, sendo uma excelente atitude de acessibilidade, que buscou promover autonomia, através da projeção de um equipamento personalizado, permitindo a prática do esporte com segurança.

Analisando os dados disponibilizados pelos textos e suas reflexões, nota-se que é preciso ampliar o acesso dos espaços destinados às vivências de exercícios físicos, tendo em vista que o modelo organizacional, as condições das instalações, os materiais e os recursos humanos apresentados, não satisfazem ao direito das pessoas com deficiência e nem atendem aos princípios do desenho universal, com moldes facilitadores e seguros. Os resultados das pesquisas, realizadas em diferentes localidades do país, apresentam um ponto em comum, a ausência de acessibilidade e aplicabilidade dos princípios do desenho universal. Tanto nos espaços sob a responsabilidade do poder público, quanto nos espaços de interesse privado, foi notável um despreparo para receber a pessoa com deficiência.

Ao observar mais precisamente, as realidades das comunidades, destaca-se que as pessoas com deficiência possuem poucas opções de lazer ou programas que estimulam a prática de exercício físico. Os espaços destinados a fomentar estas atividades, não têm proporcionado condições de acesso. Como colocado por Elias, Monterio e Chaves (2008) atualmente há um descumprimento dos padrões estabelecidos, que

prejudicam a qualidade de vida, o bem-estar e a cidadania de pessoas com deficiência, impossibilitando o usufruto dos mais diversos ambientes e /ou serviços. Barreiras físicas e sociais são impostas diariamente na realidade desta população influenciando negativamente sua inserção social.

Para favorecer a inclusão e oportunizar a utilização destes ambientes, é fundamental a facilitação do acesso, vale destacar, que um dos pontos de grande dificuldade apontado pelos autores, é a presença de barreiras arquitetônicas. Estes obstáculos tendem a diminuir as oportunidades que beneficiam a promoção da saúde física e mental. Além dos espaços ajustados para todos, é preciso dar condições para chegar até lá de maneira descomplicada e segura (ZUCHETTO; CASTRO, 2002).

Refletindo sobre a organização dos ambientes de forma geral, é perceptível que estes não foram projetados para proporcionar um acesso global, atendendo pessoas sem e com deficiência. Na maioria dos casos, os equipamentos não são construídos ou adaptados para atender aos diferentes perfis de indivíduos, ampliando-se a demanda por princípios do desenho universal. Assim, o indivíduo com deficiência, interessado em ingressar em algum programa destinado à promoção de atividade física, encontra diversos empecilhos, pois os espaços e serviços não tem oferecido atendimentos de maneira integral e inclusiva. Tais ações resultam em desmotivação para inserção ou permanência nos programas de atividades, sem os atributos estruturais e com atitudes desfavoráveis, torna-se inviável a usabilidade dos estabelecimentos (ZUCHETTO; CASTRO, 2002, BORGES; 2014).

Diante do exposto, fica evidente a necessidade da projeção de equipamentos e espaços que não sejam de uso restrito ou exclusivo para pessoas com ou sem deficiência. Os ambientes devem ser configurados e construídos pensando em todos. Percebe-se que o desenvolvimento de produtos de uso público e adequados a diferentes biótipos (independente da presença de uma deficiência) ainda é um grande desafio para o desenho universal da sociedade. Em relação ao setor privado, é notável que a pessoa com deficiência, não tem sido alvo em potencial para o mercado das academias, não há investimento em estrutura para recebê-los.

Analisando a atual conjuntura social e as lutas travadas pelas pessoas com deficiência na busca pelos seus direitos, percebe-se, que apesar dos avanços legais, a exclusão ainda é potencializada em nosso país. Corroborando com os dizeres de Cordeiro (2010, p.40) “[...] por mais que a sociedade ofereça um discurso que condena a exclusão social, os espaços que ela vem a criar, muitas vezes contradizem o que proclama”. Isto fica evidente ao observarmos os espaços construídos e as políticas públicas que vem assumindo um caráter de inclusão desfavorável, negligenciando o ideal de acessibilidade (DOTA; ALVES, 2007). Dessa maneira, constata-se uma falha no que é previsto no meio legal, em relação ao que acontece na prática, o poder público

não tem garantido a acessibilidade, tornando-se ineficiente na instalação do desenho universal, favorecendo a exclusão de serviços básicos.

Por fim, acreditamos que os gestores das academias e demais espaços, devem estar atentos e buscando soluções organizacionais para os ambientes, promovendo mudanças sob o ponto de vista das necessidades. É fundamental a elaboração de políticas públicas veementes, que elevem o acesso aos meios de lazer e saúde, para que assim, seja oportunizada uma participação efetiva nos mais diversos espaços, incluindo os de treinamento, fazendo valer o direito de igualdade assegurado constitucionalmente. Precisamos de líderes mais atuantes, apoiados pela sociedade, com elevada capacidade de criticidade e criatividade, para inovar e proporcionar oportunidades equiparadas a toda população objetivando alcançar a autonomia e o ideal de inclusão.

Ao analisar o processo histórico e cultural da sociedade, fica evidente o preconceito existente com as pessoas com deficiência, o que perpetua a exclusão e evidencia os obstáculos impostos diariamente. Zuchetto e Castro (2002) ressaltam que as principais barreiras nesta área são o preconceito e o estigma quanto às deficiências, aliado à falta de oportunidade para desenvolvimento e independência, além do desfavorecimento em serviços essenciais e de reabilitação, que impactam a vida dos sujeitos, visto que a ideia de incapacidade vinculada à discriminação, culmina em menos acesso e chances de ampliação de autonomia e liberdade. Como diz a antropóloga Débora Diniz em seu livro “O que é deficiência”, reconhecer e compreender a deficiência como um estilo particular de vida, é um fenômeno recente, e o fato de a sociedade geral conhecer pouco desta conjuntura, torna-se um desafio para mudar a realidade segregadora (DINIZ, 2007). Ainda há uma distância significativa entre a realidade e o ideal de inclusão, embora as leis e normas representem uma conquista, ainda há muito o que avançar.

## **5 Considerações finais**

Através dos documentos analisados, foi possível perceber que a prática regular de exercício físico está diretamente relacionada com a qualidade de vida das pessoas com deficiência e pode atuar como um agente mediador na tentativa de amenizar os fatores negativos que depreciam este público dando visibilidade às suas capacidades. Para tal, é importante oportunizar o acesso e possibilitar a fruição a todos, à medida que se cria condições para as pessoas vivenciarem novas experiências, realizar novas descobertas, alcançar a autonomia e maximizar suas redes de amizade, contribui-se para a superação das dificuldades e estigmas que rondam a vida desta população.

A participação das pessoas com deficiência em programas de atividades físicas, esbarra em dificuldades diversas, principalmente na acessibilidade. Por conseguinte, na maioria dos casos, tais equipamentos não são adaptados aos diferentes perfis de

indivíduos, ampliando-se a demanda por princípios do Desenho Universal, pois os espaços e contextos para realização dos exercícios físicos, encontram-se em oposição ao ideal de inclusão. É preciso revolucionar e ressignificar estes espaços, tornando-os acolhedor, para não limitar as experiências corporais e sim, possibilitar ganhos significativos tanto na saúde, quanto na realização pessoal.

Em relação às barreiras e condições de acessibilidade para adesão aos programas de atividades físicas e manutenção da prática com fluidez, acreditamos que seja preciso modificar esta realidade com urgência, já que os estabelecimentos destinados a este fim, possuem pouca ou nenhuma condição de acessibilidade. Foi notável a deficiência dos equipamentos públicos e privados, para atender às diferentes capacidades individuais, partindo-se do pressuposto de que aparelhos de uso comum devem atender às normas técnicas e aos documentos constitucionais que preveem critérios de acessibilidade aos espaços.

Por fim acreditamos que seja necessário investir em ações e estratégias inclusivas pautadas na modificação de atitudes e dos espaços, para contemplar a diversidade das pessoas e avançar contra a exclusão e segregação, visando uma equiparação de oportunidades. A aplicação dos princípios do Desenho Universal é um bom começo rumo à transformação da realidade social, pois favorece o constante processo de desenvolvimento da pessoa com deficiência e facilita sua inclusão social, que lhe é de direito.

## Referências

BRASIL. *Lei 13.146*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 17 jun.2021.

BRASIL. *Estatuto da pessoa com deficiência*. 3. ed. Brasília, DF, 2019. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto\\_da\\_pessoa\\_com\\_deficiencia\\_3ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf). Acesso em: 17 jun. 2021.

BARRETO, Raquel Torres. *Acessibilidade em instalação esportiva* - Uma análise do centro olímpico da universidade de Brasília. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Educação Física, UNB, Distrito Federal, 2017. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22781/1/2017\\_RaquelTorresBarreto\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22781/1/2017_RaquelTorresBarreto_tcc.pdf). Acesso em:17 ago. 2021.

BARROS, Taís Helena Medeiros de. *Acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência motora nas academias de Florianópolis*. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Desportos da UFSC, Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181894/TCC%20final%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 25 ago. 2021.

BATISTEL, Juliana. *A acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em centros de esporte e lazer de Curitiba: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, 2020. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/5418/1/acesibilidadeinclusaodeficienciaesporte.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

CARVALHO, Brenda Egito de. *Recomendações para adaptação de academias de ginástica à pessoa com deficiência visual*. Monografia. Curso de Design da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, PE, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/30994/1/CARVALHO%2c%20Brenda%20Egito%20de.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

COELHO, Talitha Priscila Cabral; BARROCO, Sônia Mari Shima; SIERRA, Maria Angela. O conceito de compensação em L.Vygotski e suas implicações para educação de pessoas cegas. *In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL*, 10., Universidade Estadual de Maringá. 3-6 de julho, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10154954-O-conceito-de-compensacao-em-l-s-vigotski-e-suas-implicacoes-para-educacao-de-pessoas-cegas.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CORDEIRO, Taís Prinz. *Ambiente e acessibilidade para pessoas com deficiência no desenvolvimento de atividades esportivas em piscinas: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento. Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, RS, 2010. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/105/1/TaisCordeiro.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2021.

DORNELLAS, Liege Coutinho Goulart *et al.* Espaços de lazer esportivo em Governador Valadares/MG: possibilidades de inclusão de pessoas com deficiência. *Educação física e ciências do esporte: Uma abordagem interdisciplinar*, v. 2, 2020, p.192-206. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/201102330.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

DOTA, Fernanda Piovean; ALVES, Denise Maria. Educação especial no Brasil: uma análise histórica. *Revista científica eletrônica de Psicologia*. São Paulo, n.8, maio, 2007. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/5csc0c>. Acesso em: 16 jul. 2021.

ELIAS, Margareth Pereira.; MONTEIRO, Lúcia Maria Costa.; CHAVES, Celia Regina. Acessibilidade a benefícios legais disponíveis no Rio de Janeiro para portadores de deficiência física. *Ciência Saúde Coletiva*. v.13, n.3, p.1041-1050, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/cJ7WmttzYPFgmn8TmPFRY5R/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2021.

FACCIO, Camila Agostinho. *A contribuição do design na inclusão social: Desenvolvimento de prancha de surf para pessoa com paraplegia*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Design. Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/202126>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HFz9VsDjHFTLsyCzNQThK9y/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2021

GONÇALVES, Danielly Mendonça; SILVA, Ithalo Anderson da; MEIRA, Franklane Diniz de Andrade. Estudo da acessibilidade em academias para as pessoas com deficiência na cidade de Campina Grande - PB. In: CONIMAS; 1.; CONIDIS, 3., Campina Grande, 2019. *Anais...* Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/63520>. Acesso em: 03 set. 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comissão nacional de classificação. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/16066-pessoas-com-eficiencia.html#:~:text=S%C3%A3o%20mais%20de%2045%20milh%C3%B5es,e%2019%20teriam%20defici%C3%A2ncia%20visual>. Acesso: em 12 ago. 2021.

MANTA, Sofia Wolker; PALMA, Luciana Erina; *O parque público como espaço para a prática de atividades esportivas: a percepção das pessoas com deficiência física*. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Atividade Física, Desempenho Motor e Saúde da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2011. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2854/Manta\\_Sofia\\_Wolker.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2854/Manta_Sofia_Wolker.pdf?sequence=1). Acesso em: 13 set. 2021.

MARTINS, Pires Rafael. *A perspectiva de acessibilidade das pessoas com deficiência física e visual frente à realidade das academias de Florianópolis*. Trabalho de Conclusão do Curso de Educação Física, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103772/TCC%20-%20RAFAEL%20PIRES%20MARTINS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 ago. 2021.

NAHAS, Markus Vinícius. *Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo*. 7. ed. Florianópolis, Ed. do Autor, 2017. Disponível em: [https://sbafs.org.br/admin/files/papers/file\\_IIduWnhVZnP7.pdf](https://sbafs.org.br/admin/files/papers/file_IIduWnhVZnP7.pdf). Acesso em: 20 out. 2021.

OLIVEIRA, Sabrina Talita de. *Recomendações para ampliação da usabilidade das academias públicas para usuários cegos e com baixa visão*. Dissertação (Mestrado em Design) - Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35535/R%20-%20D%20-%20SABRINA%20TALITA%20DE%20OLIVEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jul. 2021

OLIVEIRA, Sabrina Talita de et al. Design Universal e acessibilidade: Análise ergonômica de equipamentos de ginástica em espaços públicos. *HFD*, v. 2, n. 3, p. 01-18, 2013, Santa Catarina. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/5672-15774-2-PB.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

OLIVEIRA, Sandra Regina Garijo de. *A educação física e a inclusão de pessoas com deficiência na escola: uma revisão sistemática-integrativa*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação. PUC/SP, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/22352/2/Sandra%20Regina%20Garijo%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. Trajetória Histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. *SER Social*, Brasília, DF, v. 19, n. 40, p.168-185, jan.-jun./2017. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14677/12981](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677/12981).

PICCOLO, Gustavo Martins. Da deficiência à eficiência: o portador de necessidades especiais visto sob a luz da Psicologia Histórico-Cultural. *EFDeportes*. Buenos Aires, v. 13, n. 113, 2009. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd130/portador-de-necessidades-especiais-visto-sob-a-luz-da-psicologia-historico-cultural.htm>. Acesso em: 16 jul. 2021.

RAZUCK, Yan Ramos *et al.* Acessibilidade para cadeirantes em academias de ginástica da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, v. 22, n. 1, Marília, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/10718> . Acesso em: 24 set. 2021.

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado; DESIDÉRIO, Sara Vieira; MASSARO, Munique. Avaliação da acessibilidade do parque durante o brincar de crianças com paralisia cerebral na escola. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Jan-Mar. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/GhQvq6ss9v7BrSgcgrX4QR/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2021.

UPIAS. Union of the Physically impaired Against Segregation. *Fundamental principles of disability*. London. 1976. Disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/UPIAS-fundamental-principles.pdf> . Acesso em: 11 ago. 2021.

ZUCHETTO, Ângela Terezinha; CASTRO, Rosângela Laura Ventura Gomes de. As Contribuições das Atividades Físicas para a Qualidade de Vida dos Deficientes Físicos. *Revista Kinesis*. Santa Maria, v. 26, p. 54-166, maio 2002. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12607743-As-contribuicoes-das-atividades-fisicas-para-a-qualidade-de-vida-dos-deficientes-fisicos.html>. Acesso em: 23 Out. 2021.

## Notas sobre os autores

Jefferson Luiz Machado Lima

Discente do curso de Educação Física da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM;  
jefferson.luiz@ufvjm.edu.br

Geane Pires Oliveira

Discente do curso de Educação Física da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM;  
geane18pires@gmail.com

Sandra Regina Garijo de Oliveira

Professora dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM; sandra.oliveira@ufvjm.edu.br  
ORCID: 0000-0003-0960-3871

Recebido em: 08/06/2022

Reformulado em: 21/06/2022

Aceito em: 12/06/2022